

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.644, DE 2022

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o tamanho da fonte utilizada nas comunicações escritas dirigidas ao idoso.

Autor: Deputado ROSANA VALLE

Relator: Deputado OSSESIO SILVA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.644, de 2022, pretende acrescentar novo art. 45-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, estabelecendo que, na oferta, na publicidade e nos contratos de quaisquer produtos ou serviços fornecidos ao consumidor idoso, a fonte utilizada seja igual ou maior que 14.

A proposição ainda dispõe que o fornecedor deve explicar, de forma clara e transparente, quaisquer exigências técnicas, acréscimos de custos e outras informações complementares necessárias para o conhecimento do produto ou serviço pelo consumidor idoso, utilizando a mesma fonte.

O objetivo da proposta é assegurar aos consumidores idosos melhores condições de acesso às informações, reconhecendo que esse público, pela hipervulnerabilidade, enfrenta barreiras significativas quando tais informações são apresentadas em letras reduzidas.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD), tramitando em regime ordinário (art. 151, III, RICD) e foi distribuída às Comissões de Defesa do Consumidor; Defesa do Direitos da Pessoa Idosa; e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).



Em 12/05/2023, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, houve a apresentação do parecer PRL nº 1 CDC, pela então Relatora designada, Deputada Antônia Lúcia, que se manifestou pela aprovação da proposição, com uma emenda. No entanto, esse parecer não chegou a ser apreciado por este Colegiado.

Decorrido o prazo regimental para emendas, nenhuma foi apresentada nesta Comissão.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em análise é oportuna e meritória. É notório que a população idosa enfrenta grandes dificuldades na leitura de contratos, bulas, rótulos e outras comunicações escritas, que frequentemente são impressos em caracteres diminutos, de difícil compreensão.

A previsão legal de que a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras e precisas, já constante do art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, não tem se mostrado suficiente para coibir práticas que afetam especialmente os idosos. Faz-se necessário, portanto, comando legal mais específico, voltado a esse público, de modo a garantir a efetiva acessibilidade às informações.

Concordamos com o núcleo central do projeto, que estabelece como regra geral o uso de fonte mínima de tamanho 14 em toda comunicação escrita dirigida ao idoso, seja em contratos, publicidades, rótulos, bulas ou outros documentos correlatos. Essa medida reforça a proteção e concretiza o princípio da dignidade da pessoa idosa.

Por outro lado, reconhecemos que existem setores produtivos sujeitos a normas técnicas específicas, especialmente no que se refere a embalagens e rótulos de medicamentos e alimentos. Nesses casos, a imposição imediata e uniforme da regra poderia gerar conflito normativo e dificuldades práticas de implementação.



Assim, propomos que a aplicação do comando legal seja conciliada com a competência regulatória de órgãos como a Anvisa, o Inmetro e outros reguladores setoriais, que poderão disciplinar a forma de cumprimento, inclusive estabelecendo prazos de transição, meios complementares de informação e eventuais exceções justificadas por limitações técnicas.

Dessa forma, assegura-se o direito do idoso à informação acessível, ao mesmo tempo em que se preserva a segurança jurídica e a racionalidade regulatória.

Votamos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.644, de 2022, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado OSSESIO SILVA
Relator



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.644, DE 2022.

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o tamanho da fonte utilizada nas comunicações escritas dirigidas ao idoso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 45-A. Na oferta, na publicidade, nos contratos, nas bulas, nos rótulos, nas etiquetas e em quaisquer comunicações escritas dirigidas ao consumidor idoso, o fornecedor deverá assegurar informações claras e transparentes, utilizando fonte de tamanho igual ou superior a 14, observando-se o disposto no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

§ 1º Nos rótulos e etiquetas de produtos regulados por normas específicas, caberá à Anvisa, ao Inmetro e aos demais órgãos de regulação setorial, no âmbito de suas competências, disciplinar, por meio de regulamentação, a forma de aplicação do disposto no caput, inclusive quanto a prazos de adaptação e meios complementares de



acesso às informações, respeitadas as limitações técnicas e operacionais das embalagens.

§ 2º As informações relativas a exigências técnicas, acréscimos de custos ou quaisquer dados complementares necessários ao conhecimento do produto ou serviço pelo consumidor idoso deverão ser apresentadas em igual tamanho de fonte e realçadas em negrito ou outra forma de destaque, assegurando-se plena visibilidade e compreensão.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado OSSESIO SILVA

